

Ricardo Oliveira recebeu o Sindifiscal em negociação

Diretoria saiu confiante da reunião

O secretário Ricardo Oliveira, da secretaria estadual de Gestão e Recursos Humanos (Se-ger), afirmou aos diretores do Sindifiscal, conforme disse o presidente da entidade, que “estava entendido qual era o pleito e a forma de aplicação que interessa à categoria e que quem dará a palavra final é o governador Paulo Hartung, que deverá estar com ele nos próximos dias. Assim que ficar definida a proposta do governo, o Sindifiscal será chamado para que seja oficializada”. Ainda segundo Walker, presidente do Sindifiscal, Ricardo Oliveira informou que a proposta original do bô-

nus foi apresentada a eles já com a avaliação de desempenho individual, que foi recusada pelo secretário da Seger. Conforme Walker, os representantes do governo afirmaram também que concordam com a necessidade de um acerto na carreira do fisco e que têm a mesma pressa que o Sindifiscal por causa do recesso da Assembléia Legislativa.

A reunião foi em 03/05, no 5º andar do Ed. Fábio Ruschi, às 10h30, no gabinete do secretário da Seger, Ricardo Oliveira, junto com o subsecretário de Planejamento, Osvaldo Hülle. Representando o Sindifiscal estavam Walker Ricardo Pinto, Júlio Muniz e Marco Aurélio.

O Sindifiscal ressaltou a Ricardo Oliveira e Osvaldo Hülle a importância da reabertura do diálogo, e informou a decisão da Assembléia da categoria, em 11/05, de recusar a proposta oferecida pelo governo. Reafirmou a discordância do sindicato com o bônus, por não contemplar toda a categoria e que o reajuste deve ser no valor do ponto para que todos sejam contemplados. Foi apresentado o pleito da categoria aprovado nas várias Assembléias e mostrados dados que justificam um melhor tratamento do fisco, além de reafirmada a necessidade de acertar um plano de carreira no segundo semestre.

Boa fala de Menegatti à imprensa em defesa do fisco

O subsecretário de Receita, Luiz Carlos Menegatti, revelou em entrevista ao jornal A Tribuna, de 05/06, que a carência de pessoal fez a Sefaz mudar a estratégia de fiscalização. “O subsecretário revelou que em janeiro de 1995, a Secretaria da Fazenda tinha em seus quadros 757 fiscais. O número hoje não passa de 450, uma redução de 40%. O salário de um

fiscal gira em torno de R\$ 4,5 mil bruto. Mas não tem sido suficiente para reter os quadros. Menegatti revela que dos 50 novos fiscais nomeados no início do ano, dez desistiram. Foram nomeados substitutos e outros 14 pediram contas. O Estado está há 10 anos sem reajustar salários e agora se prepara para rever a remuneração do Fisco, afirma.”

Resultado das eleições do Sindifiscal
Página 7

Mobilização do Fisco por reajuste e carreira
Páginas 8 a 11

Seminário da Intersindical dos Servidores do Estado
Páginas 12 e 13

EDITORIAL

Enfim foi tirada a carapuça. Infelizmente, para o Grupo TAF, muitas cabeças se escondiam sob a mesma. Durante estes dois últimos anos a categoria vem trabalhando, mesmo em péssimas condições e com o quadro defasado, e, num esforço acima de nossas forças, conseguimos recuperar as finanças do Estado, com crescimento superior a 50% na Receita Tributária. Somando-se a responsabilidade com o Estado ao alto índice de profissionalismo de todos nós, tínhamos a nos animar os compromissos assumidos pelo Governo de que a recuperação da Receita seria a base para a recuperação salarial do Fisco, e nós acreditamos.

Enfim, após recordes de crescimento da Receita, ouvimos que chegara a hora de recompensar este importante, pelo menos assim deveria ser, parceiro do Governo: o Grupo TAF. E o que vimos? Vimos um governo, em todos os seus níveis, fugindo dos compromissos assumidos. Vimos representantes deste governo virando as costas para a categoria, rompendo com o diálogo unilateralmente. Vimos uma vergonhosa proposta de reajuste muito aquém da necessidade e dos compromissos alardeados. Para terminar, vimos uma tentativa de criar conflitos dentro da categoria, oferecendo, em total descumprimento da Constituição Federal e Estadual, reajustes diferenciados entre ativos e inativos, com a criação de uma anomalia chamada "bônus".

Acreditamos que os autores desta excrecência não sejam funcionários públicos, e que provavelmente nunca precisaram fazer um concurso pú-

blico em sua vida, apesar de constantemente viverem ocupando cargos de favores políticos ou eletivos. Digo isso porque um funcionário público, com o mínimo de inteligência e boa fé, não participaria de um complô para corrigir seus pagamentos de forma que não agregasse valor em seus vencimentos. Como ficaria sua aposentadoria? Como ficaria sua situação em caso de doença? Como ficaria sua família caso falecesse? A não ser, é lógico, que quando incluso nestas situações, sua situação financeira, construída neste período, lhe permitisse viver de rendas. Felizmente não conheço ninguém nesta situação. Durante estes anos de expectativa com relação ao cumprimento dos compromissos do Governo, conseguimos criar uma unidade da categoria. Não vai ser agora, com a queda da máscara, que iremos nos desunir. Vamos deixar de lado nossas questões políticas/pessoais e criar um corpo único em busca de nossos direitos. Não vamos cair nesta armadilha. Vamos retornar com mais força e união. Assim como respeitamos o Governo e cumprimos nossos compromissos, queremos que o mesmo nos respeite e cumpra com seus compromissos.



**Walker
Ricardo Pinto**
Presidente

Excluídos da ascensão entram com ação na Justiça

Os auditores fiscais de nível I que não foram contemplados na última ascensão de fevereiro de 2005, ingressaram com um mandado de segurança na Justiça pleiteando a mudança para o nível II. De acordo com Marlene Muniz, diretora do Sindifiscal, são fiscais que estão há 18 anos trabalhando nos Postos Fiscais e já estão saturados pelas condições precárias. O que eles reivindicam é que o governo e a Sefaz deveriam ter aberto ascensão para as 119 vagas existentes em 2003, época da abertura do processo de ascensão. E não apenas para 50 vagas conforme constou da portaria nº II. Logo, restaram 69 vagas para serem preenchidas, conforme a Lei Complementar nº16/92 estabelece. Marlene Muniz ressaltou que nem a longa espera, ou o desejo expresso pelos fiscais excluídos foram suficientes para sensibilizar os representantes do governo e da Sefaz.

A diretoria pergunta: Até quando esperar?!

SINDIFISCAL-ES
Sindicato do Pessoal do Grupo TAF no ES

Rua General Osório, 83 - salas 407 a 410 -
Centro - Vitória - ES
Cep 29028-900 - Tel.: (27) 3200-2585
e-mail - fisco@sindifiscal-es.org.br
<http://www.sindifiscal-es.gov.br>
CNPJ: 272394410001/05

Diretor Presidente
Walker Ricardo Pinto
Vice-Presidente - Helvécio Valiati

Subsedes

Cachoeiro - Praça Jerônimo
Monteiro, 21 - sala 101 - Centro
Tel.: (28) 3521-7630/7629
e-mail - sindifiscal-cachu@veloxmail.com.br
Colatina - Av. Getúlio Vargas, 183- Ed. Prolar,
2º andar - Centro - Tel.: (27) 3721-1724
e-mail: colatina@sindifiscal-es.org.br

Jornalista Responsável

Inês Simon Ferreira
Reg. MTb 499/90

Projeto Gráfico e Fitolito

Oficina de Letras Comunicação
3222-6955 / 3323-6004

Impressão

Artgraf - 3223-6588

Perdas do Ponto nos últimos 10 anos foram enviadas à Seger

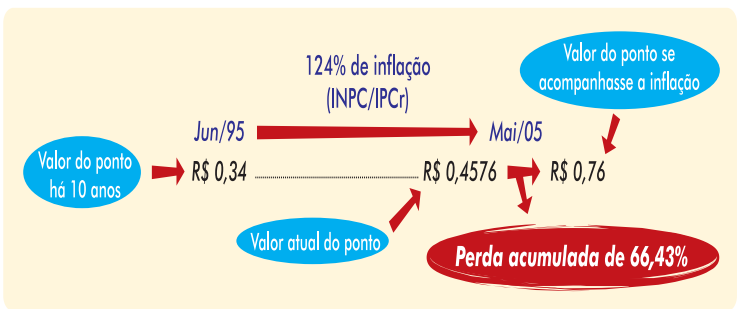
A diretoria do Sindifiscal encaminhou ofício ao secretário Ricardo Oliveira, da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), em 18/05, solicitando audiência para dar continuidade às discussões relativas à recomposição salarial do fis-

co, conforme foi prometido pelo governo em diversas ocasiões. Em anexo ao ofício foram enviados os cálculos com as perdas do valor do ponto de produtividade do fisco nos últimos dez anos e também no governo Paulo Hartung.

Confira as perdas sofridas no valor do ponto de produtividade do fisco, nos últimos dez anos, causadas pela inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (INPC/IPCr). Apresentamos também as perdas comparadas ao crescimento da receita líquida de ICMS.

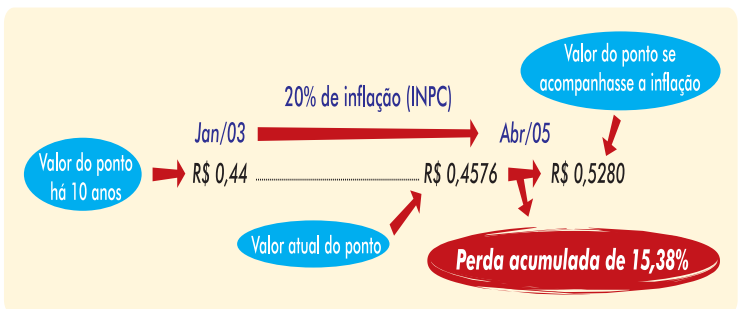
Perdas acumuladas no valor do ponto nos últimos 10 anos

Perdas no valor do ponto causadas pela Inflação entre junho/1995 e maio/2005:

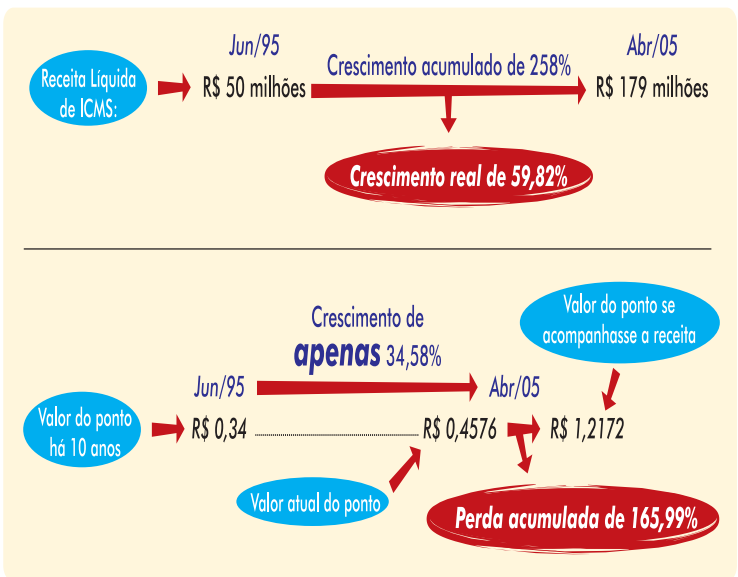


Perdas no valor do ponto durante o governo Paulo Hartung:

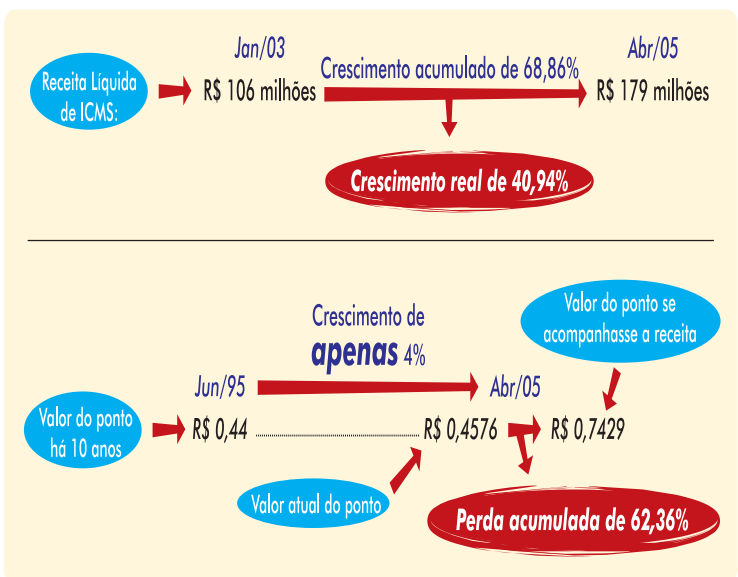
Perdas no valor do ponto causadas pela Inflação entre jan/2003 e abr/2005:



Perdas no valor do ponto proporcionais ao crescimento da Receita Líquida de ICMS, entre junho/1995 e abril/2005:



Perdas no valor do ponto proporcionais ao crescimento da Receita Líquida de ICMS, entre janeiro/2003 e abril/2005:



Novos AFRE's: euforia e decepção

Enquanto alguns dos novos Auditores Fiscais da Receita Estadual-AFRE's estão comemorando a nomeação, outros não ficaram nada satisfeitos com os baixos salários oferecidos pelo Estado do ES. Dos 50 novos auditores aprovados no último concurso, 30% desistiram de assumir os cargos na Sefaz, em busca de melhores remunerações em outros concursos.

Na festa de comemoração pela conclusão do curso de formação dos novos AFRE's, no Clube Social em Vila Velha, o Ação Fiscal entrevistou alguns deles que falaram um pouco sobre sua expectativa em relação ao trabalho na Sefaz-ES.



Urias Otaviano Vaz

Veio de Belo Horizonte, Minas Gerais.

"Achei o ES um grande Estado, por isso escolhi morar aqui. Fiquei um ano aguardando a nomeação. Já tinha feito concursos em outros Estados e deixei um cargo na UFMG para vir para cá. Percebi uma reestruturação muito importante na Sefaz, a casa foi colocada em ordem e a tendência, pelo que eu vi, é ficar melhor ainda. Não pretendo fazer mais concursos, quero seguir a carreira dentro da Sefaz do ES."

Deuber Luiz Vescovi de Oliveira

É filho da fiscal aposentada, Sônia Vescovi. Disse que já acompanhou muitas brigas do fisco com o governo e está bastante familiarizado com as lutas da categoria.

"Nenhuma conquista é fácil.

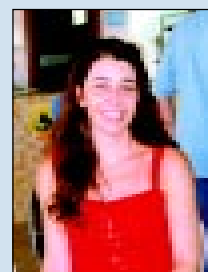
Mas mostrando um bom trabalho com certeza a gente consegue mais benefícios e melhores condições. Eu espero ter boas condições de trabalho, porque essa turma nova quer realmente produzir. Na minha opinião, é muito bom a Sefaz ficar mais oxigenada, com mais auditores. Injetar sangue novo é sempre bom; sem querer criticar quem já está na ativa".



Roselene Maria Spavier

Trabalhou 2 anos e meio como Auxiliar Fazendária no Setor de Combustíveis da Gerência Fiscal, no Ed. Aureliano Hoffman, no 5º andar.

"Já tenho um certo conhecimento, tenho noção de como funciona o trabalho, mas nunca tinha ido a um posto fiscal. Só agora, como AFRE é que vou estagiar um mês e meio no Posto Fiscal José do Carmo, em Cachoeiro, que é o maior, onde acontece de tudo um pouco. Depois vou trabalhar no Posto Fiscal Amarílio Lunz, em Pedro Canário, no norte do Estado. Quando entrei para o Estado eu tinha uma expectativa completamente diferente do serviço público, achava que fosse burocratizado, lento, ineficaz, como antigamente. Mas assim que entrei vi que está muito diferente, ágil, informatizado, muito bom de trabalhar. Os colegas também são muito bons companheiros de trabalho."



Festa dos AFRE's I e II comemora conclusão do curso de ascensão

Depois de 30 dias de curso intensivo de capacitação para assumir as novas funções conquistadas, os AFRE's I e II, que ascenderam na carreira, se confraternizaram no Clube Social em Vila Velha, em 28/04. O curso foi realizado no Calir, em Viana.

Teve também quem achou que houve perda de tempo com disciplinas inúteis para o dia-a-dia e pouco tempo dedicado a treinamentos práticos. "Mas temos certeza que a dedicação destes colegas vai suplantar esta dificuldade", diz Walker Ricardo Pinto, presidente do Sindifiscal.



Fiscais comemoram conclusão do curso de ascensão dos AFRE's I e II

COLUNA DO FISCAL

Fisco Unido, Fisco Forte

Após todo um processo de negociação de construção de um projeto de carreira, e salarial, que no seu conjunto traria a correção do valor do ponto para R\$ 0,59, sua indexação ao acréscimo de receita tributária, um vencimento fixo diferenciado por nível para os AFRE's I, II e III e AF's, além de um bônus para os auditores da ativa, elaborado pelo Conptaf com o aval do Secretário da Fazenda, assistimos este projeto, costurado por quase um ano, ser sumariamente arquivado sem explicações à categoria.

Paralelo a estes fatos, o governo do Estado se vangloria, na mídia, de nosso trabalho. São recordes de crescimento da receita, de lavratura de autos de infração e de recuperação de recursos sonegados. Mas de que adianta este reconhecimento se não existe a contrapartida nos vencimentos da categoria? Será que estamos incomodando com todo este trabalho realizado que o governo do Estado resolveu nos desestimular? Sempre acreditamos e, apesar dos fatos demonstrados pelo governo, continuamos acreditando que não.

Mas, para nossa maior surpresa, nos foi oferecido como paliativo um acréscimo no valor do ponto para R\$ 0,49 (7%) e o tal bônus (somente para o pessoal da ativa), sem qualquer apresentação escrita ou falada do modo ou modelo de aferição. Sem comentários.

O que precisamos, inicialmente, é mantermos nossa união, construída com atos de convergência para os interesses do conjunto da categoria. Não podemos agora, por questões de foro íntimo, ou como desculpas, utilizarmos as discussões de uma Assembléia, onde todos puderam se manifestar livremente, como falso motivo para nos desunirmos e abandonarmos a luta em favor de toda a categoria, sem discriminações.

Afirmamos e reafirmamos que a diretoria do Sindicato vai continuar trabalhando sempre pelo coletivo, e se tivermos nossos ativos somados aos nossos aposentados e pensionistas, em busca de um objetivo único e comum, a nossa força será infinitamente maior, tornando nossos objetivos muito mais facilmente concretizados. Não vamos pular fora do barco. Juntos somos mais fortes.

Júlio Muniz, AFRE-I,
Diretor do Sindifiscal

Insatisfação com transferência

Tendo em vista a quantidade de reclamações que têm chegado ao sindicato, Walker Ricardo Pinto, aproveita para apelar à Sefaz que reveja a sua intransigência em transferir os novos AFRE's II para regionais distantes de suas famílias, pois a insatisfação dos colegas está muito grande. Conforme Walker, os próprios gerentes das regionais já haviam liberado os colegas insatisfeitos para retornarem à sua antiga regional, com autorização também destes gerentes, o que não foi aceito pela Sefaz.

“Concluindo o processo de ascensão, foi realizado o treinamento obrigatório, em conformidade com a Portaria nº 45 – R de 18/11/03, para os colegas que ascenderam ao nível II. Apesar de muitos acharem que houve perda de tempo com disciplinas que não somariam ao dia a dia do serviço e, conseqüentemente, ter faltado carga horária para treinamentos práticos, temos certeza de que o interesse e a competência destes colegas irão suplantar esta primeira dificuldade.

Agora estão todos trabalhando nas Regionais para as quais foram designados. Pode parecer repetitivo, mas vamos mais uma vez afirmar nossa insatisfação e não compreensão da punição aplicada a alguns destes colegas. Sem nenhuma necessidade para o desempenho de seus trabalhos e nenhum ganho para a Sefaz, tiveram que se afastar de suas famílias, tendo que optar por Regionais distintas daquelas onde estavam estabelecidos, para verem seu direito legal ser cumprido pelo Estado.

Se antes esta transferência parecia uma vingança da Sefaz pelo fato de ter que cum-

prir a Lei, que também não foi cumprida em sua totalidade, hoje podemos afirmar que realmente foi uma punição. Afirmamos isto pelo fato de que, apesar dos colegas ocupantes das Gerências Regionais haverem se posicionado pela liberação destes colegas para desempenharem seu trabalho junto a suas famílias, com o devido aceite do Gerente para onde iriam retornar, a Sefaz mostrou-se contrária, mantendo sua posição em favor desta absurda punição, colocando-se até mesmo contra a autonomia gerencial das Regionais”, ressalta Walker.

— Sr. Secretário, Dr. José Teófilo, Sr. Subsecretário de Receita, Dr. Luís Carlos Menegatti (ao qual expusemos pessoalmente esta convergência de vontades e disposições), qual o interesse em prejudicar estes colegas e suas famílias? Indagou Walker. “Não usem o argumento da necessidade de localização de pessoal, pois os mesmos foram por água abaixo após os fatos relatados. Vamos refletir e vamos ter a grandeza de rever nossas posições, permitindo a estes pais e mães o retorno ao convívio de suas famílias. Criando insatisfação gratuita com a categoria não poderemos nunca construir um Estado de união e interesses convergentes. Temos certeza de que tal atitude será revista, e desde já, agradecemos por este gesto de grandeza e dignidade”, concluiu.

“Agora vamos realizar o novo processo de ascensão, que em conformidade com a Lei Complementar nº 303/04, deverá ocorrer este ano. Pelos prazos a serem cumpridos já está na hora de darmos início e desta vez cumprir a Lei em sua totalidade”, ressalta.

Alerta: Golpe no celular Vivo

Fraudadores têm ligado para clientes da Vivo oferecendo promoções e ao final da conversa pedem para o cliente digitar alguns números. NÃO DIGITE! Se o cliente Vivo digitar os tais números na realidade estão autorizando o “desvio de chamada” para outro telefone, o que vai gerar o aumento do valor da conta, pois os fraudadores passam a utilizar sua linha em outro aparelho.

A Vivo afirma que isso não é considerado clonagem, por ser um serviço que de fato ela possibilita aos pelos clientes. Só que a empresa NÃO oferece este serviço por telefone; o cliente que tiver interesse é quem deve telefonar para a Vivo, depois de receber uma carta oferecendo o serviço.

A Vivo informou ao sindicato que não pode se responsabilizar pelo ressarcimento do valor pago a mais, porque o “desvio de chamada” foi autorizado pelo próprio cliente. Portanto o Sindifiscal recomenda aos seus associados que NÃO digitem nenhum número a pedido de ninguém, pois geralmente é fraude.

Assiduidade

Fiscais que ingressaram em 1984, e não receberam a 2ª assiduidade por tempo de serviço, deverão entrar em contato com Celi ou Andréia no departamento jurídico do Sindifiscal.

Assembléia da Coopfisco aprova prestação de contas

Sobras foram rateadas entre os cooperados

As contas da Coopfisco (cooperativa dos servidores do fisco, agora estendida para outras categorias) foram aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária, em 09/03, no auditório do edifício Victória Office Tower. Participaram 53 cooperados acompanhados de seus familiares. O auditor da Coopfisco, Ideraldo Luiz A. de Moraes, ressaltou que a cooperativa alcançou no exercício de 2004, uma sobra líquida de R\$ 177,5 mil que foram distribuídos aos 502 associados, na proporção direta das operações realizadas por eles com a cooperativa.



Assembléia da Coopfisco, em 09-03, que aprovou a prestação de contas

Eleição do Conselho Fiscal

Na mesma assembléia foi eleito o novo Conselho Fiscal da Coopfisco composto por Álvaro Guilherme Machado Capistrano, João Batista Guedes das Neves, Orlando Fernandes Pereira, como membros efetivos, e Luiz Carlos Rodrigues, Joel Barcelos Serrano, Antônio Herveé Lopes Pereira, suplentes. Eles já participaram de um treinamento para se tornarem aptos a tomar posse como conselheiros fiscais. Seus nomes foram homologados pelo Banco Central do Brasil, em 15/04, e a posse foi dia 19, como informou Ana Lúcia Aguiar Silva, gerente da Coopfisco.



Novos membros do conselho fiscal, homologado em 15 de abril

Sorteio de brindes

Ao final da assembléia foram sorteados quatro aparelhos DVD e uma passagem de avião ida e volta para o Rio de Janeiro, que foi cortesia da Nova Orla Turismo, parceira da Coopfisco. Foram contemplados os cooperados Joset Borges, Joemar Dessaune, Álvaro Guilherme Capistrano, Rubens Rangel Neto e Barjonas Francisco de Oliveira. Para comemorar as conquistas da cooperativa no ano de 2004, foi servido um coquetel para os associados e seus acompanhantes. "Tudo isto só foi possível graças à confiança depositada pelos associados nos dirigentes e funcionários da Coopfisco, e com certeza quando se tem união temos excelentes resultados", comemora a Ana Lúcia. Acesse o site da Coopfisco: www.coopfisco.org.br



Ao final de assembléia foram sorteados vários brindes entre os associados

Nova diretoria do Sindifiscal eleita para o biênio julho/05 a julho/07

Nas eleições dos dias 01 e 04 de Abril o fisco elegeu a única chapa inscrita, que tem como presidente o colega Júlio Muniz, que já presidiu o Sindifiscal por 2 mandatos. A chapa "Continuação" recebeu 415 votos, de um total de 433 votos válidos. Votos brancos foram 16 e nulos, 02.

A nova diretoria será empossada em 01 de julho, na sede do Sindifiscal.



Não puderam estar na foto as diretoras Zuleide Rosangélica, Patrícia Volponi e Marlene Muniz

“Cooperação e Reciprocidade”

Este é o lema da nova diretoria, que apresenta à categoria os seus objetivos:

1. Valorizar o fisco estadual no âmbito interno e externo.
2. Conseguir credibilidade e confiança do fisco junto à sociedade e demais servidores.
3. Pleitear benefício salarial, melhores condições de trabalho e direitos da categoria fisco.
4. Contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade de vida do fisco e família.
5. Contribuir para o desenvolvimento do serviço público de qualidade.
6. Renovar a atuação do Sindifiscal, sendo mais cooperativo.
7. Participar ativamente das ações de negociações junto ao governo do Estado.

As estratégias de ação da diretoria para alcançar estes objetivos é a seguinte:

1. Manter canais de comunicação permanentes com a categoria e sociedade.
2. Defender o aumento do quadro de fiscais e ascensão do AFRE-I visando maior combate à sonegação
3. Atuar na Assembléia Legislativa e na Intersindical dos Servidores Públicos Estaduais.
4. Zelar para que o Tributo Estadual cumpra sua finalidade, principalmente na saúde, segurança e educação tributária.
5. Ampliar a rede de contatos em toda Sefaz.
6. Partilhar a responsabilidade pelas decisões estratégicas mais importantes.

A composição da nova diretoria do Sindifiscal é a seguinte:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Júlio César Camilo Muniz

Vice-presidente

Délio Cassiano Borges Castello

Tesoureiro

Antonio Mauricio de Freitas Neto

Secretária

Fátima Gouvea de Azevedo

Diretor de Comunicação

Zuleide Rosangélica Assis Lopes

CONSELHO DELIBERATIVO

Helvécio Valiati

Patrícia Belmock Volponi

Ana Maria de Souza Silva

Marlene Pereira Toledo Muniz

Walker Ricardo Pinto

CONPTAF

Titulares:

Jocimar Pessi Galter

Edvaldo Monteiro

Fabrcio Admiral Souza

Suplentes:

Manoel Rodrigues Bernardo

Marco Aurélio Fernandes da Silva

Marcelo André Pacheco Vieira

CONSELHEIROS FISCAIS

Zélia Marildi Bisi – 320 votos

Miguel Ribeiro – 314 votos

Orlando Fernandes Pereira – 275 votos

DELEGADOS SINDICAIS REGIONAIS

Vandir de Souza: Vitória – 124 votos

Basílio Alves de Souza: Cachoeiro de Itapemirim – 82 votos

Antônio de Almeida Machado:

Linhares – 17 votos

Izechiel Poton: Colatina – 06 votos

Mobilização do fisco


A mobilização e o grau de unidade alcançada pelos auditores fiscais nos últimos meses serviu para pressionar o governo a indicar interlocutores oficiais para proceder às negociações com a categoria. Desde que o governo rejeitou oficialmente a proposta de remuneração do fisco, na reunião do Conptaf em 01/04, não apresentou contraproposta formalizada, apesar de ter sido procurado diversas vezes pela diretoria do Sindifiscal.


REPRODUÇÃO DA ATA DO CONPTAF:

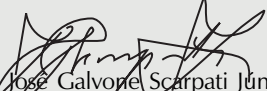
CONSELHO DO PESSOAL DA ÁREA TAF-CONPTAF ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 1º/04/2005

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta e minutos, no sétimo andar do Ed. Aureliano Hoffman, reuniu-se o Conselho de Pessoal da Área TAF-CONPTAF, sob a presidência do Sr. Luiz Carlos Menegatti, respondendo pela Secretaria de Estado da Fazenda, estando presentes os seguintes membros do referido Conselho: Rogério Zanon Silveira, Sandro Martins Baptista, José Galvone Scarpati Júnior, Pedro Ozéas de Souza, Jocimar Pessi Galter e Manoel Rodrigues Bernardo. Aberta a reunião Sr. Luiz Carlos Menegatti (respondendo pela Sefaz) informou que a proposta relativa à minuta de projeto de lei do plano de remuneração, transformação e reclassificação de cargos dos servidores vinculados à Secretaria de Estado da Fazenda, elaborada pelo CONPTAF, foi apresentada pelo Secretário da Fazenda, Sr. José Teófilo Oliveira, ao governador do Estado da Fazenda, não tendo sido acolhida sob o argumento de que a proposta governamental para o reajuste salarial das categorias que compõem a Administração Direta do Poder Executivo deverá contemplar reajuste linear para todos os servidores, não se admitindo, portanto, qualquer forma de reajuste diferenciado. Informou ainda que da parte do Secretário de Estado da Fazenda, há disposição para defender proposta alternativa para reajuste dos servidores fazendários com base no desempenho de atividades individuais, e que, para este fim, contará com a colaboração de servidores da própria Secretaria da Fazenda. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião do CONPTAF e eu, Joel Salomão Fadlalah, Secretário-executivo, lavrei a presente ata que foi assinada por todos os presentes.

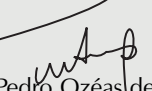

Luiz Carlos Menegatti - Presidente



Jocimar Pessi Galter


Joel Salomão Fadlalah


José Galvone Scarpati Júnior


Manoel Rodrigues Bernardo


Pedro Ozéas de Souza


Rogério Zanon da Silveira


Sandro Martins Baptista

Acompanhe os acontecimentos:

15/02- Reunião de representantes do Conptaf no Sindifiscal. Começa a preocupar a categoria o silêncio da Sefaz sobre o projeto do Conptaf apresentado ao governo em novembro/04.



03/03- Reunião de fiscais no sindicato sobre projeto de remuneração. Cobrada relação de reciprocidade do governo com o fisco que aumentou a Receita. Foi pedida resposta oficial do secretário. Cláudio Thiago foi buscar interlocução com secretário e governo. Soube-se que Teófilo pediu cálculo de repercussão financeira da proposta do Conptaf.



sensibilizou o governo

09/03- Reunião de representantes do Conptaf com Sindifiscal sobre remuneração. Boatos de que o governo ia dar aumento linear. Conptaf protocolou requerimento de reunião ao secretário Teófilo. Os gerentes foram "licenciados" pelo secretário para encaminhar a proposta do Conptaf. Cláudio Thiago marcou reuniões com governador e secretário sobre situação da proposta do Conptaf.

25/03- Reunião na regional de Cachoeiro, que decidiu encaminhar proposta de mobilização da categoria ao Sindifiscal, para defesa da proposta de remuneração.



29/03- Reunião do fisco com representantes das regionais cobrando mobilização da categoria sobre remuneração. Foi criada uma Comissão de Mobilização do Fisco por reajuste salarial, composta por representantes do sindicato e das regionais. Categoria está indignada com baixa remuneração e descaço do governo. Foi reiterado ofício ao secretário. Chegou ao sindicato informação extra-oficial de que o fisco teria reajuste diferenciado. Foi enviado ofício ao governo reiterando a proposta e informando da Assembléia dia 13/04.



De 11/04 a 11/05- A proposta do governo foi apenas "sinalizada" através de vários interlocutores, sem confirmação de um interlocutor oficial.

11/04- Reunião da Comissão de Mobilização para definir pauta da Assembléia de 13/04.



13/04- Assembléia do Fisco no Clube Social em Vila Velha: posição do fisco sobre arquivamento do projeto da Sefaz/Conptaf. Compareceram 228 fiscais. Decidiram referendar proposta do Conptaf, estado de Greve e Assembléia permanente, além de trabalho de mobilização interna e valorização externa da categoria. Nova assembléia em 26/04. Buscar audiência com governador.

18/04- Reunião da Comissão de Mobilização do Fisco no Sindifiscal: propostas de mobilização para levar à Assembléia de 26/04. Cláudio Thiago defendeu o fisco na tribuna do Legislativo.

Governo mandou "recados" por Lelo e Cláudio Thiago. Ele determinou que Teófilo fizesse uma proposta de melhoria salarial para o fisco e Lelo ficou de dar resposta até a hora da assembléia em 26/04.

25/04- Reunião da Intersindical com Secretário de Gestão e Recursos Humanos (Seger), Ricardo Oliveira, e Osvaldo Hülle, onde Zuleide Rosângela, diretora do Sindifiscal, contestou o secretário que afirmou que o fisco já tivera reajuste. Ele imediatamente ligou para Teófilo que disse estar elaborando uma proposta e que apresentaria até a hora da Assembléia em 26/04.

26/04- 10h: Reunião da Comissão de Mobilização do Fisco no Clube Social em Vila Velha. Decidiu permanecer em estado de Greve, trabalhar a mobilização interna da categoria, distribuir cartazes e folhetos com as perdas do fisco nos últimos 10 anos. Fazer Assembléia em 11/04 e entrar em greve logo em seguida, caso não haja contraproposta do governo. Entregar documento ao governo afirmando que o projeto da categoria é o elaborado pelo Conptaf.



15h: Assembléia do Fisco no Clube Social em Vila Velha: posição do fisco sobre arquivamento do projeto da Sefaz/Conptaf. Decidiu continuar mobilizados, aguardar contraproposta do governador e nova Assembléia em 11/05. 243 votantes.

04/05 - Reuniões da Comissão de Mobilização do Fisco no sindicato.

10h- Decidiu levar para a Assembléia do fisco operação padrão de 12 a 15/05 e Greve a partir de 16/05, além de concentração no prédio da Sefaz, antes da Assembléia de 11/05. Colocar lei de greve no site, colocar cartazes das perdas do fisco nas repartições da Sefaz. Reunião para encaminhamento da mobilização à tarde. Pedido aos gerentes alguma informação sobre a proposta do governo.



15h- A diretoria do Sindifiscal apresentou os ofícios enviados ao governador e Sefaz em 14 e 17/04 pedindo audiência, sem resposta. Analisadas estratégias da operação padrão e paralisação dia 16. Se o governo trouxesse proposta, a Assembléia analisava; se fosse insuficiente, recusava e continuava o movimento. Colados cartazes com perdas do fisco nas agências e Sefaz.



06/05- Reunião da Comissão de Mobilização do Fisco com gerentes da Sefaz no sindicato; Bruno Peçanha, Edésio Assad, Gustavo Guerra e Francisco Costa, apresentaram proposta do governo em nome do secretário da Sefaz, sem poder de negociação. Ponto a R\$ 0,49, retroativo a jan/05, bônus de desempenho fazendário bimestral, baseado em metas fixadas em decreto, com valor equivalente a 34% da maior remuneração de auditor mais a maior produtividade, só para os ativos, na forma de projeto de Lei que iria ao Legislativo em 09/05 - o que não ocorreu, sem consultar a categoria. Bruno ficou de enviar cópia do PL ao Sindifiscal, mas não pode, pois o PL estava com o secretário Ricardo Oliveira.

10/05- Reunião do Sindifiscal com secretário Ricardo Oliveira, então interlocutor credenciado pelo governador para discutir o reajuste de servidores do Estado, solicitada por Zuleide Rosângela, representante do sindicato na Intersindical, na semana anterior. Participaram além de Zuleide, Walker Ricardo Pinto e Júlio Muniz. Oliveira mostrou boa vontade com o fisco, reafirmou que o governador pediu que o Projeto de Lei estivesse pronto em 09/05, mas não foi possível, por ter que acertar detalhes, na reunião de 12/05 - com Bruno Peçanha e Luiz Menegatti - que foi antecipada para o dia da Assembléia do fisco, 11/05. O Sindifiscal disse que o bônus dividia a categoria por não contemplar a todos, principalmente os atuais e futuros aposentados. Disse ainda que o governo estava desacreditado pelo fisco por recusar a proposta do Conptaf, feita junto com a Sefaz desde jul/04, e até agora não apresentar

contraproposta oficial, além de indicar e descredenciar vários interlocutores. Oliveira se comprometeu a dar uma resposta oficial à Assembléia de 11/05, depois de conversar com o governador.

11/05- 10h: Reunião da Comissão de Mobilização do Fisco decidiu por consenso não rejeitar nem aprovar a proposta do governo apresentada pelos gerentes - pois a categoria sequer foi consultada. 11% de reajuste no ponto é pouco, e o bônus de produtividade não é solução para a categoria toda, apenas complementação salarial para alguns ativos. Caso os deputados aprovassem o bônus, o Sindifiscal entraria com ação na Justiça. Como surgiu novo canal de interlocução, desta vez oficial (Ricardo Oliveira, secretário da Seger), decidiram dar um prazo para negociar, mantendo o estado de Greve, com previsão de paralisar em 19/05. Se o governo apresentasse nova proposta até lá, a Comissão de Mobilização se reuniria para analisar e chamar nova Assembléia.



15h: Assembléia do Fisco no Clube Social em Vila Velha. Momentos antes do início da Assembléia, o presidente do Sindifiscal, Walker Ricardo Pinto, recebeu um telefonema de Ricardo Oliveira, informando que a proposta oficial do governo do Estado era aquela apresentada pelos gerentes. Iniciada a Assembléia, com 284 votantes, o Sindifiscal não endossou a proposta do governo por discriminar inativos e ativos licenciados por problemas de saúde ou em gozo de férias. Para o sindicato a categoria é única e qualquer vantagem tem que ser oferecida a todos/as de maneira uniforme. Caso a proposta do governo fosse aprovada na Assembléia Legislativa, o Sindifiscal entraria com ação na Justiça para garantir o direito de colegas não contemplados. Criou-se uma tensão com uma fala (desabafo) de Júlio Muniz afirmando que a proposta do governo foi feita pelos "colegas" gerentes e só beneficiaria a eles e aos cargos comissionados, já privilegiados, como ocorreu em Minas e na Bahia,

o que provocou falas contrárias, acirrando os ânimos e gerando constrangimento na plenária. Apesar do mal estar, deliberou-se rejeitar a contraproposta do governo, não deflagrar Greve em 19/05 para negociar com o novo interlocutor oficial, Ricardo Oliveira.

18/05- Enviado ofício do Sindifiscal ao secretário Ricardo Oliveira mostrando as perdas do valor do ponto nos últimos 10 anos e pedindo audiência para negociação.

20/05- Reunião da Comissão de Mobilização do Fisco no Sindifiscal, com a presença de representantes do Sindifiscal, da Regional de Colatina, aposentados, ativos, e ausência dos comissionados (alguns justificaram ausência, outros deixaram de vir devido às desavenças na última Assembléia. Rogério Zanon compareceu e ficou de mediar o retorno dos outros comissionados, já que houve várias trocas de queixas desde à Assembléia). Júlio Muniz desculpou-se pela forma como foram conduzidas as discussões tensas na Assembléia, mas disse que mantinha o que afirmou, e que apesar das divergências o movimento tinha que seguir unido em busca de conquistas para toda a categoria, o que foi aceito pelos presentes, após debate sobre as mobilizações anteriores do fisco. Walker frisou que o bônus já estava na proposta do Conptaf, Valtinho ressaltou que não se deve jogar uns colegas contra os outros e que não se fazem desabafo em assembléias e Rogério esclareceu que o bônus não foi criado pelos gerentes, que fizeram estudo encomendado pelo governo de ponto a 0,49 e bônus, por ser o menor gasto. Cuzzuol disse que era preciso buscar saída política, contar com o apoio do Cláudio Thiago junto ao governo. Marlene Muniz afirmou que Cláudio já está fazendo interlocução com o governo, e como líder do governo não vai abandonar a categoria. Decidiu-se que seria divulgado o valor do ponto comparado à inflação e ao crescimento da receita nos últimos 10 anos e mostrado ao governo quanto sua proposta está aquém da necessidade da categoria.



Algumas falas de ânimo ouvidas durante o movimento

"O governo aposta na nossa divisão, e não conta com o grau de amadurecimento que o fisco possui hoje. A nossa proposta é clara, e está assinada por representantes do fisco, do Sindifiscal, e pelo nosso secretário, e não é necessário apresentarmos novas propostas. Devemos nos mobilizar de modo efetivo, pois o governo possui o dever moral de apresentar contrapropostas."

"E os acordos com o vice-governador? Com o ex-líder do governo - Cesar Colnago? E o acordo com o secretário e o Conptaf? Será que o governo não tem palavra? Será que não tem comando? E o reconhecimento do fisco? O que aconteceria se o fisco não vestisse a camisa do governador Paulo Hartung, será que estaria tudo bem???"

"Foi gratificante ver a categoria representada em todos os seus níveis, em atividades fiscais diretas ou em setores técnicos, em cargos gerenciais, ativos ou inativos; colegas que vieram direto de postos fiscais após cumprirem escalas de 48 horas. Todos lá (na Assembléia de 13/04), de forma coesa e madura visando um só objetivo, sob uma só bandeira."

"Colegas, não podemos perder esse foco nem deixar cair a motivação e continuar lutando pela nossa valorização, pelo nosso reconhecimento enquanto atividade exclusiva de Estado. Continuar lutando para recuperar o nosso nível salarial que já ocupou a 4ª posição no ranking nacional e hoje ocupa um vexatório 24º lugar".

"Precisamos resgatar nosso orgulho, o nosso brio...Precisamos resgatar a garra que as turmas de 1984 e 1988 tão bem encarnaram nas lutas de 1988 e 1992. Colegas de 1988, em estágio probatório, sem medo, com disposição, foram à luta. Eram mais jovens? Éramos todos mais jovens? Sim, com certeza. Mas o espírito do guerreiro não envelhece, não morre. A chama não se apaga."

"Ainda que abafada pelo desânimo de anos de desvalorização, de condições adversas de trabalho, de salário aviltante e incompatível com a nossa função; ainda que sob forma de brasa, a chama, o nosso espírito, estão vivos no fundo de nossos corações. Precisamos nos despir do medo de represálias, do desencanto e porque não, até do comodismo e soprar a brasa, reacender a chama."

"Só encarando os desafios, os obstáculos (por mais duros e intransponíveis que nos pareçam), é que conseguimos ir em frente e atingir nossos objetivos. Não é hora de acomodação, de letargia, de medo, de pessimismo. Alguém já disse que *"o otimista pode até perder, mas o pessimista já perdeu"*. Precisamos é acreditar que vamos conseguir e ir à luta."

"Foi mostrada nossa força. Nossa união foi fundamental para obtermos uma resposta do governo."

"É gratificante para nós que batalhamos no sindicato ver uma participação dessa na Assembléia!... Esse movimento é o novo marco histórico da nossa categoria, como há 12 anos atrás."

"O governo está nos fazendo de palhaços!"

"Foi com a nossa pressão que o governo indicou outro interlocutor... Temos que dar voto de confiança ao governador que moralizou o Estado. Se houver greve do fisco será a primeira ferida na imagem dele."

"Só tivemos 'acenos' do governo depois da mobilização..."

"A categoria mostrou que tem força e o governo ficou temeroso... Esse projeto só sai da gaveta se pressionarmos, mostrarmos nossa força!... Esse governo é midiático e só mostra que a arrecadação subiu, mas não dá nosso crédito!"

"Vamos acreditar nesse governador que descredenciou os interlocutores Lelo e Teófilo!? Que construiu a proposta junto com a categoria e voltou atrás!? Temos que colocar em prática nossa honradez, nossos brios!"

"Ficamos felizes que a insatisfação foi colocada prá fora em conjunto... Estamos em negociação mas o desenrolar dela vai ser a Greve... Vai ter enfrentamento, porrada, o que for, não podemos ficar só esperando negociação!... Teremos o retorno do tamanho da nossa mobilização: se formos modestos vamos ter um reajuste modesto, se formos fortes, o reajuste vai ser forte!"

Seminário de Qualificação Po

Através do seminário “Movimento de Valorização do Serviço Público”, a Intersindical dos Servidores Públicos Estaduais, da qual o Sindifiscal participa, com a diretora Zuleide Rosangélica, avança para qualificar sua atuação política. Quer ampliar o trabalho nas bases e fortalecer a defesa da valorização do serviço público, com argumentação atualizada e estratégias conjuntas. Confirmam os principais debates dos dias 2 a 4/03, em Santa Izabel, sistematizados pelos economistas da Coopemult, Romário Jacobisem e Lincoln Wchôa:



Zuleide Rosangélica, diretora do Sindifiscal, na abertura do Seminário de Qualificação da Intersindical

Saúde do Trabalhador

As condições e relações de trabalho têm se tornado cada vez mais precárias no sistema capitalista, desde a primeira revolução industrial tecnológica, até os mais recentes desenvolvimentos tecnológicos incorporados à produção, passando também pela reestruturação produtiva do final do século passado. Houve aumento do desemprego, da informalidade, enfraquecimento dos sindicatos e privatização dos direitos sociais: saúde, educação, previdência. O/A servidor/a público/a acaba absorvendo os sofrimentos da sociedade decorrentes da deterioração dos serviços públicos. As maiores causas de adoecimento (físico e moral) dos trabalhadores do serviço público é o chamado assédio moral, que são as humilhações, constrangimentos, abusos de poder que se tornam recorrentes nesse contexto social e político. O desafio é estabelecer a ligação da causa do adoecimento do trabalhador ao seu ambiente e à sua rotina de trabalho. É necessário rediscutir, democraticamente o espaço de trabalho dos servidores, a carga horária, as condições e ambiente de trabalho, metas e relações profissionais, diminuindo-se as pressões e abusos sobre os trabalhadores e trabalhadoras. As Comissões de Saúde do/a Trabalhador/a são apontadas como a melhor alternativa para enfrentar o processo de adoecimento do/a trabalhador/a no ambiente de trabalho. Foi elaborado um projeto de Lei, que amplia a Lei 5.627/98 para

todos os ramos do serviço público, mas ainda aguarda a boa vontade do governo para aprová-lo. Os sindicatos ainda não têm informações quantitativas sobre o adoecimento dos/as servidores/as, e também não existe um programa estadual de reabilitação e remanejamento de servidores e ainda há o problema da perícia médica, que atua mais politicamente do que de forma técnica e ética.

Reformas Sindical e Trabalhista e a PEC 314

A Intersindical dos Servidores Públicos está integrada ao Fórum Capixaba e Defesa dos Direitos dos Trabalhadores que articulará no ES uma luta organizada contra a intenção do governo, apoiado pela CUT, de pulverizar conquistas históricas dos trabalhadores e estabelecer novas regras para engessar o movimento sindical brasileiro. O Fórum quer desmascarar a proposta do governo federal já enviada ao Congresso Nacional, que não vai afetar apenas os servidores públicos, mas toda a força de trabalho que ainda produz no Brasil. Estes foram os indicativos dos servidores tirados durante o seminário: lutar no Congresso Nacional contra a atual proposta de reforma sindical e divulgar a proposta alternativa; necessidade de elaboração de um plano de mobilização para tentar reverter o avanço de medidas contra o/a trabalhador/a.

Conjuntura Política

O processo de crise capitalista traz como elemento importante a adoção de práticas “informais” ou ilegais de enriquecimento na operação de bancos e empresas. Aspecto essencial para se compreender a ascensão do crime organizado na sociedade atual. No caso do ES, apesar de suas propaladas vocações naturais, o processo de desenvolvimento econômico criou vários artifícios, como instrumentos fiscais de incentivo, para atrair os investimentos empresariais. Uma estratégia de desenvolvimento que gerou, no Estado, um terreno fértil para as novas formas informais do capitalismo, e a elite política capixaba acabou por aderir a um formato suspeitíssimo. O projeto de desenvolvimento do atual governo é uma reprodução dos projetos anteriores, pois continua voltado para as grandes empresas e para o setor externo, e mantém os mesmos mecanismos de fomento. No tocante ao petróleo, as questões sociais e ambientais da exploração não são discutidas e a destinação dos recursos dos royalties, ainda, também, é um mistério. O atual governo estadual conseguiu algumas vitórias importantes nas negociações com diversos poderes. Mas nas áreas da segurança pública e da justiça (consideradas estratégicas para o combate ao crime organizado) a situação é crítica. Entre outros problemas está a construção irregular de presídios, a superlotação

Lítica dos Servidores Públicos



do sistema prisional, ação criminosa presente dentro das cadeias, etc. E as estratégias adotadas para tentar solucionar o problema são a intervenção da polícia militar e da tropa de choque e a contratação de pessoal sem qualificação para cuidar dos presos. As novas alianças estão sendo articuladas na Assembléia Legislativa com indivíduos associados a grupos das administrações anteriores e implicados com a Justiça.

A Previdência Estadual

A Constituição de 1988 instituiu o Regime Jurídico Único de serviço público (que de fato, hoje, nem é mais único), unificando o sistema previdenciário das entidades públicas nas três esferas de governos: federal, estadual e municipal. A questão da Previdência Social no Brasil resume-se a um problema de caixa, já que freqüentemente os recursos da previdência são utilizados para outros fins. A Previdência do Espírito Santo foi instituída pela Lei

Complementar 109/94 e apesar de vigorar a partir de 1997, na verdade ela nunca foi implementada de fato. As contribuições para as pensões dos servidores, até 1994, eram de 7%. Após este ano, a taxa aumentou para 10% para a previdência, sem nenhum tipo de cálculo atuarial, como exige a administração de qualquer fundo dessa natureza. Um fundo de capitalização deveria ser criado num prazo de sete anos. Quem, porventura, se aposentasse nesse meio tempo receberia do Tesouro Estadual e, os aposentados, após este período, seriam pagos com recursos do fundo próprio. O fato é que o estado não recolheu os recursos para esse fundo, nem da parte dos trabalhadores nem da sua própria, criando, literalmente um déficit. Com a emenda nº 41, o Estado propõe a extinção da Lei 109 e a institucionalização do regime de caixa. O pagamento de todos os trabalhadores aposentados e pensionistas passa a ser responsabilidade do Tesouro (regime de caixa). Com o número de servidores efetivos caindo, minquam também, a fonte de recursos para a previdência. Uma nova experiência de previdência, tratada como coisa séria, é necessária no Estado.

Os problemas na administração dos fundos passam pelo não cumprimento das normas que estabelecem vinculação estrita dos recursos. É necessário estabelecer um controle social nesse sentido e os próprios sindicatos têm se omitido na discussão da previdência e na tarefa de fiscalização.

Regime de Capitalização no país

A retórica do discurso pró-reformas do governo está baseada também na "sataniização", na desmoralização do servidor público, associado à deterioração dos serviços públicos. E a culpa dessa deterioração é atirada aos próprios servidores. Por trás das propostas de reformas está a idéia de redução (destruição) do Estado, que se processa também através da destruição do serviço público, pois o servidor é o próprio substrato do Estado. A proposta de capitalização da previdência vai de encontro aos princípios da seguridade e da previdência estabelecidos no pós-guerra, baseados na solidariedade inter-gerações, na repartição e no trabalho. No regime de capitalização não há solidariedade e o rendimento ou o provento é resultado das aplicações feitas com os recursos do fundo. Rendimentos que são muito incertos e, portanto, sem a possibilidade de estabelecimento de um benefício definido como no regime de repartição. À capitalização corresponde a privatização da previdência, pois, independente de quem gerencie os recursos, o rendimento será definido pelos mercados financeiros privados, pelo capital financeiro. Em última instância, o garantidor da previdência tem que ser e acaba sendo de fato o Estado, afinal, não há risco de falir. É preciso desmistificar o déficit das contas da seguridade. Na verdade não há déficit se considerados todos os recursos que por lei deveriam ser destinados à seguridade e, no entanto são desviados para outros fins.



Zélia Marildi, diretora do Sindifiscal compoendo a mesa de debates realizado no Seminário de Qualificação da Intersindical

Balancete - Janeiro 2005

Saldo anterior 

Banestes Cta 1.703.701	0,51
Banestes Cta 1.702.554	46.694,06
Banestes Cta 6.193.023	19.711,17
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.500,00
TOTAL	80.037,61

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados Clube	1.544,62
Credito Siafem	23.560,00
TOTAL	25.104,62

IMOBILIZADO

Maquinas e Equipamentos	0,00
Obras em Andamento - Cachoeiro	181,85
Obras em Andamento - Vila Velha	3.903,59
TOTAL	4.085,44

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

INSS	5.945,29
FGTS	2.251,07
Salários	14.065,98
TOTAL	22.262,34

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/Salários	2.768,46
PIS S/Folha	178,95
TOTAL	2.947,41

DESPESAS C/PESSOAL

Assistencia Médica	2.238,63
Contribuição Cooperativa	20,00
Férias e Rescisões	3.917,89
Vale Refeição	3.374,55
Vale Transporte	1.182,60
TOTAL	10.733,67

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Provissonais - PF	3.784,00
Serviços Provissonais - PJ	6.777,90
TOTAL	10.561,90

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	84,00
Água	480,64
Aluguel de Imóveis - Cachoeiro	520,00
Aluguel de Imóveis - Colatina	329,05
Assinatura TV a Cabo	233,80
Combustivel	1.718,20
Condomínio	448,00
Copias e Autenticações	7,60
Correios	3.360,45
Despesas c/Estacionamento	270,00
Despesas c/Rateios	1.316,17
Despesas C/Pedágio	13,50
Despesas C/Veículos	432,00
Despesas Diversas	1.008,70
Energia	2.071,90
Festividades e Confraternizações	353,60
Impostos e Taxas	372,00
Jornais e Revistas	1.435,00
Material de Consumo	692,01
Material Higiene e Limpeza	591,00
Material de Escritório	170,00
Propaganda e Publicidade	475,20
Refeições	381,50
Telefone	2.752,31
TOTAL	19.516,63


DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	595,14
Multas	0,00
TOTAL	595,14

Saldo Banco/Caixa 

Banestes Cta 1.703.701	0,51
Banestes Cta 1.702.554	16.989,69
Banestes Cta 6.193.023	6.012,12
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfisco	1.560,00
(-) Cheques a Compensar	(2.254,49)
TOTAL	34.439,70
TOTAL	105.142,23

Vitória-ES, 31 de Janeiro de 2005


 Moacyr Edson de Angelo
 Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe
 Vitória-ES - CEP 29040-040
 Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Balancete - Fevereiro 2005

Saldo anterior 

Banestes Cta 1.703.701	0,51
Banestes Cta 1.702.554	16.989,69
Banestes Cta 6.193.023	6.012,12
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfiscao	1.560,00
TOTAL	36.694,19

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Mensalidade Associados Clube	1.647,17
Credito Siafem	163.960,00
TOTAL	165.607,17

IMOBILIZADO

Obras em Andamento - Cachoeiro	140,25
Obras em Andamento - Vila Velha	3.790,88
TOTAL	3.931,13

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

INSS	6.394,10
FGTS	1.733,80
Salários	7.751,80
TOTAL	15.879,70

OBRIGAÇÕES FISCAIS

PIS S/Folha	187,96
TOTAL	187,96

DESPESAS C/PESSOAL

Assistencia Médica	1.679,67
Férias e Rescisões	4.597,37
Contribuição Cooperativa	589,09
Vale Refeição	3.178,30
Vale Transporte	867,50
TOTAL	10.911,93

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Assistência Contabil	1.260,00
Serviços Profissionais - PF	3.120,00
Serviços Profissionais - PJ	215,00
TOTAL	4.595,00

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	159,33
Água	755,50
Aluguel de Imóveis - Cachoeiro	520,00
Aluguel de Imóveis - Colatina	326,85
Assinatura TV a Cabo	233,80
Combustível	972,07
Condomínio	400,00
Condução	34,45
Copias e Autenticacões	58,20
Correios	1.710,80
Despesas c/Estacionamento	270,00
Despesas c/Rateios	814,00
Despesas C/Pedágio	18,00
Despesas Diversas	2.799,17
Energia	1.877,70
Jornais e Revistas	417,00
Material de Consumo	925,04
Material Higiene e Limpeza	1.190,00
Material de Escritório	921,55
Propaganda e Publicidade	3.264,00
Reembolso de Despesas	402,90
Telefone	2.376,62
TOTAL	20.446,98


DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	482,59
TOTAL	482,59

Saldo Banco/Caixa 

Banestes Cta 1.703.701	0,51
Banestes Cta 1.702.554	70.130,60
Banestes Cta 6.193.023	61.965,99
Título Capitalização	12.131,87
Aplicação Coopfiscao	1.620,00
(-) Cheques a Compensar	(305,39)
Cheques Compensados	322,49
TOTAL	145.866,07
TOTAL	202.301,36

Vitória-ES, 28 de Fevereiro de 2005


 Moacyr Edson de Angelo
 Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe
 Vitória-ES - CEP 29040-040
 Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

PEC Paralela

A

Proposta de Emenda Constitucional nº 227, mais conhecida como “PEC Paralela de Previdência”, aprovada em 16.03.2005, em 2º turno na Câmara dos Deputados, está em tramitação no Senado, ainda sem data definida para ser votada. A diretoria do Sindifiscal ressalta que algumas vitórias já foram obtidas pelos servidores públicos durante a votação em segundo turno da PEC Paralela na Câmara dos Deputados.

Veja como ficou a redação do art. 37, XI, da Constituição Federal:

Sobre o teto de remuneração do fisco equivalente ao dos desembargadores do Tribunal de Justiça: “XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores, aos Defensores Públicos, aos Delegados de Polícia, aos Advogados e aos Agentes Fiscais Tributários”. (Fonte: site da Câmara dos Deputados)

A diretoria do Sindifiscal ressalta ainda outros pontos:

“Manutenção da paridade para pensionistas em relação aos reajustes concedidos aos funcionários da ativa; A definição das regras de transição para aposentadoria de servidores que ingressarem no serviço público até 16.12.1998, que voltam a ter direito à aposentadoria integral desde que sejam respeitadas as seguintes regras: 35 anos de contribuição para homens e 30 anos para as mulheres, 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos de carreira e 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria para funcionários de ambos os sexos (a idade mínima de 60 anos para homem e de 55 anos para mulher, exigida na regra geral, será deduzida de um ano para cada ano de contribuição que exceder o mínimo necessário);

Fixação do subteto do Fisco em 90,25% do subsídio dos desembargadores dos Tribunais de Justiça.”

“Estamos atentos e acompanhando os passos no Senado, para que não tenhamos surpresas no processo. A mobilização do fisco junto aos senadores capixabas é importantíssima. Contamos com a colaboração dos colegas, que tiverem um bom acesso aos senadores, para esta tarefa”, afirma a diretoria do Sindifiscal.

Mas ainda há muita luta pela frente, pois o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (Consad) já encaminhou uma advertência ao presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmando que a decisão da Câmara Federal em relação ao teto nos estados “frustra substancialmente os propósitos da reforma, porque produz forte impacto no já frágil equilíbrio financeiro dos estados”. O líder do governo no Senado, Aloísio Mercadante já disse que considera consistentes os argumentos deles. Portanto, a pressão contrária precisa ser forte para manter a decisão da Câmara.

In

- ☺ A colega Zélia Marildi Bisi, está de plantão no Sindifiscal nas 5ª feiras, durante todo o dia para atender aos colegas.
- ☺ Braz Bicalho, colega aposentado, comemorou Bodas de Ouro em Abril, com festa para familiares e amigos em Santa Tereza.
- ☺ A pronta recuperação do colega Joemar Dessaune da operação para colocação de pontes de safena.
- ☺ O Brasil é réu na Corte Interamericana de Direitos Humanos pela cobrança de taxa previdenciária aos servidores públicos aposentados. Será definitiva e inapelável a sentença da Corte sobre a decisão do Brasil de taxar a previdência dos inativos. Mais detalhes no próximo Ação Fiscal.
- ☺ A participação dos colegas fazendários nas comissões de mobilização e a presença expressiva da categoria nas Assembléias.
- ☺ Conferência sobre Precatórios: quais caminhos para solução? Realizado pela OAB com apoio da Intersindical dos Servidores Públicos Estaduais. Dia 09/06, 8h, auditório do Alice Vitória Hotel.
- ☺ A eficácia do fisco nas diversas ações de combate à sonegação e crescimento da receita estadual.

Out

- ☹ O reajuste do valor do ponto de R\$ 0,44 para R\$ 0,4576.
- ☹ Enquanto as ações fiscais são intensificadas com redução da sonegação e expressivo aumento da arrecadação, o governo ainda não reconhece a defasagem salarial do fisco estadual.

Falecimentos: Felix Antônio em 06/03/05, Olívia Pereira Coimbra (Mãe de José Coimbra) em 07/04/05, Carlos Garcia de Mattos, 15/03/05, Glória Zampirolli em 13/04/05 (mãe de Tânia Cristina –AF), Floriano Brandão em 01/05/2005, Romeu Alves Moreira em 31/05.